Foco na oportunidade

Mauro Correia (*)

A economia brasileira dá sinais de ter encontrado o caminho do crescimento e, mesmo em um ano eleitoral, parece ter se descolado da política para alívio geral

O PIB positivo e o reaquecimento do mercado estimulam o retorno da confiança e com ela o ambiente para investimento. No setor automobilístico os resultados divulgados pela Anfavea sobre o desempenho da indústria neste primeiro trimestre de 2018, de 699,6 unidades produzidas no País, mostram recuperação próxima à média dos últimos dez anos nesse mesmo período, de 718 mil unidades.

Graças à reação do mercado interno e a curva ascendente das exportações, de janeiro a março a produção no Brasil bateu na casa das, 14,6% mais do que no mesmo período do ano passado. Destes 545,5 mil foram vendidos no mercado doméstico. Nesse segmento pode se esperar que, a partir da consolidação do programa Rota 2030, as novas metas de eficiência energética e de segurança serão mais rígidas e alinhadas com os padrões internacionais, como convém a todas as nações que ambicionam exportar.

Dá para imaginar que a partir de uma esperada política industrial de médio e longo prazo para o setor, o desenvolvimento de tecnologias avançadas para fazer frente às novas demandas será favorecido. Um prato cheio para a engenharia. A pergunta que emerge desse contexto é: qual é a expectativa de médio e longo prazo para a indústria da mobilidade e para a engenharia? Particularmente vejo muitas oportunidades.

No vasto mundo da mobilidade no qual o Brasil se insere, as tendências apontam para um futuro de portas abertas para a indústria e para a engenharia, especialmente com possibilidades em segmentos de ponta além do automobilístico.

Um bom exemplo é o setor aeronáutico, que deve seguir em ritmo acelerado de crescimento em âmbito mundial pelo menos até 2031. Estudo recém-divulgado pela Embraer dá conta de que a demanda para os próximos 20 anos é de estimadas 6,8 mil aeronaves, somente no segmento de 30 a 120 assentos. Segundo a companhia, o transporte aéreo mundial crescerá, em média, 5% ao ano no período compreendido entre 2012 e 2031.

Ajuda a melhorar ainda mais essa perspectiva o ritmo ascendente da aviação regional brasileira na demanda para rotas curtas e médias de baixa densidade de passageiros. O cenário ainda está se desenhando, mas a perspectiva parece promissora e aponta para a imprescindível necessidade de sermos competitivos ante os concorrentes globais. Isso expõe o que talvez seja o nosso maior desafio desta era disruptiva, o da qualificação de engenheiros na velocidade e na expectativa da exigência das novas demandas.

Os caminhos para competir em tempos de mudanças tão profundas quanto rápidas como as de hoje precisam ser continuamente redescobertos, e assim também a formação de engenharia, quer na academia quer na formação extra curricular, precisa acompanhar esse passo. Essa matéria é destaque entre os objetivos da SAE BRASIL para o cumprimento de sua missão de promover o fomento da engenharia e o estímulo à formação de novas gerações de engenheiros no País.

Acredito que estamos no momento ideal para diligentemente buscar as oportunidades desta era de construção de novos valores e de novos modos de pensar os negócios. Precisamos redescobrir espaços para exercitar o conhecimento e a criatividade em favor da qualidade de vida que a mobilidade pode trazer às pessoas e assim transformá-la em alavanca para um futuro promissor para todos.

(*) - É presidente da SAE BRASIL.

Brasil avança no controle contra lavagem de dinheiro, diz relatório

Relatório divulgado ontem (19) pela ONG Transparência Internacional mostra que o Brasil aprimorou o controle contra a lavagem de dinheiro

O estudo "G20 na Liderança ou na Retaguarda" avaliou o nível de transparência em relação à identificação dos proprietários de empresas nas maiores economias do mundo. O G20 é composto por 19 países e a União Europeia. No relatório de 2015, eram 15 países dentro desses níveis. O Brasil passou do grupo dos considerados fracos, no estudo anterior, para o dos com forte regulação no relatório elaborado com informações de 2017.

Getty Images

Escândalos de corrupção atingiram vários dos países do grupo das maiores economias nos últimos anos.

Outros países que mostraram avanços importantes no período foram Alemanha, Itália e França. O documento ressalta que "o progresso tem sido lento, apesar do entendimento crescente de como o segredo em torno do controle de pessoas jurídicas é usado para facilitar a corrupção em nível global". Escândalos de corrupção atingiram vários dos países do grupo das maiores economias nos últimos anos. O esquema de corrupção envolvendo a empreiteira Odebrecht, descoberto pela Lava Jato, foi apontado como um caso exemplo do uso de empresas de fachada e instituições financeiras para ocultar pagamento de propinas e ganhos com corrupção.

O relatório aponta que a empreiteira usou pelo menos 42 empresas offshore para movimentar o dinheiro e chegou a adquirir o controle de um banco na Aústria para fazer os pagamentos ilegais. Entre os avanços conseguidos no Brasil, o documento destaca a Instrução Normativa 1.634 editada pela Receita em 2016, que passou a exigir a identificação dos beneficiários finais do controle acionário das empresas, deixando claro quem são os verdadeiros donos das companhias que operam no Brasil. "No entanto, a informação da propriedade beneficiária não parece estar incluída entre os dados tornados públicos", pondera o relatório.

Para o consultor da Transparência Internacional, Fabiano Angélico, mesmo com os avanços, o Brasil ainda precisa evoluir em aspectos importantes, como na relação com os bancos e advogados. "As instituições financeiras deveriam ser obrigadas a interromper uma transação quando não conseguissem identificar o beneficiário final. Advogados deveriam coletar informações sobre beneficiário final e ainda estar no rol dos profissionais obrigados a reportar qualquer transação suspeita ao COAF, do Ministério da Fazenda", ressaltou (ABr).

Revalidação de diploma para médicos formados no exterior

A Comissão de Educação da Câmara aprovou o projeto do Senado, que institui o Revalida. O objetivo do exame é "verificar a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências para o adequado exercício profissional no SUS em nível equivalente ao exigido dos médicos formados no Brasil". Atualmente, o exame é regulamentado por portaria interministerial de 2011, dos ministérios da Educação e da Saúde, e não é obrigatório.

Hoje, a revalidação de diploma de médico pode ser feita por meio de dois procedimentos: ou pelo Revalida ou por procedimento ordinário de revalidação de diploma conduzido por universidades públicas brasileiras que ministrem curso de graduação reconhecido na mesma área. O projeto cria uma lei específica para tratar do Revalida e o torna obrigatório.

Apresentado pelo ex-senador Paulo Davim, o texto determina que o Revalida será implementado pela União, com colaboração das universidades públicas e do Conselho Federal de Medicina. A universidade interessada em participar do exame deverá firmar termo de adesão com a União e deverá adotar as providências necessárias à revalidação dos diplomas dos candidatos aprovados.

Alex Ferreira/Ag.Câmara

Lelo Coimbra, relator da matéria.

O parecer do relator na Comissão de Educação, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), foi favorável à proposta e a uma das emendas aprovadas pela Comissão de Seguridade Social. A emenda retira trecho que estabelecia que o Revalida seria instituído com o fim de subsidiar os procedimentos já conduzidos pelas universidades públicas para revalidação de diplomas obtidos no exterior.

Durante a discussão da matéria na comissão, o deputado Glauber Braga (PSol-RJ) esboçou preocupação sobre a possibilidade de, por convênio específico entre governos, médicos estrangeiros continuarem atuando no Brasil sem fazer o Revalida, tal qual ocorreu com os médicos cubanos no Programa Mais Médicos. O relator esclareceu que convênios desse tipo poderão continuar a ser celebrados. O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas e Negócios Ltda.. Para verificar a assinatura clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E3D1-D21A-2B2F-3ECD

Cestari Industrial e Comercial S.A.

CNPJ/MF 52.848.868/0001-40

Relatório da Administração em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

Senhores Acionistas. Atendendo as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Monte Alto (SP), 21 de março de 2018. **A Administração.**

Balanço Patrimonial - Ativo	31/12/17	31/12/16
Ativo circulante	**16.104**	**13.133**
Caixa e equivalentes de caixa	971	335
Clientes	6.422	5.614
Estoques	7.043	5.962
Impostos a recuperar	769	455
Outros ativos circulantes	899	767
Ativo não circulante	**17.249**	**13.129**
Impostos a recuperar	289	63
Depósitos judiciais	346	312
Imobilizado	16.540	12.678
Intangível	74	76
Total do ativo	**33.353**	**26.262**

Balanço Patrimonial - Passivo	31/12/17	31/12/16
Passivo circulante	**15.561**	**10.271**
Fornecedores	9.274	5.008
Empréstimos e financiamentos	2.150	3.176
Obrigações sociais e tributárias	2.170	1.797
Adiantamentos de clientes	1.838	186
Outros passivos circulantes	129	104
Passivo não circulante	**7.306**	**4.463**
Empréstimos e financiamentos	7.054	3.986
Obrigações sociais e tributárias	252	477
Total do passivo	**22.867**	**14.734**
Patrimônio líquido	**10.486**	**11.528**
Capital social	21.510	21.510
(-) Resultados dos Exercícios	(11.024)	(9.982)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**33.353**	**26.262**

Notas Explicativas: **1. Informações sobre a Companhia:** A Cestari Industrial e Comercial S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e uma das maiores fabricantes de peças destinadas à indústria automobilística. **2. Base de Preparação e Principais Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão, e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas práticas contábeis são equivalentes aos padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - "IFRS"). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida pela norma. **2.1. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia localizada no Brasil. **b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data das demonstrações financeiras. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata que são registradas aos valores de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.3. Clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades, demonstrados a valor presente e de realização. **2.4. Estoques:** Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição considerando o valor presente, quando aplicável. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. **2.5. Imobilizado:** Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual e são reconhecidos na demonstração do resultado. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens, sendo esta revisada periodicamente com objetivo de adequar as taxas de depreciação de acordo com a necessidade. Os valores contábeis do ativo imobilizado são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo. **2.5.1 Imóveis:** Os bens imóveis, por decisão da administração da Empresa, somente serão baixados quando ocorrer a efetiva transferência e mediante a regularização destes, junto ao CRI e que posteriormente serão incorporados ao patrimônio da Cestari Imóveis Próprios Ltda. **2.6. Intangível:** São avaliados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros. **2.7. Contas a Pagar aos Fornecedores:** As obrigações com fornecedores são originárias de bens e/ou serviços que foram adquiridos em face da atividade operacional da empresa e estão reconhecidos a valores justos. **2.8. Financiamentos:** As obrigações financeiras estão apuradas a valores justos e estão reconhecidas a valores líquidos e já compensadas as amortizações efetuadas. A empresa mantém contratos de financiamento a longo prazo, os quais estão devidamente atualizados e ao justo valor de liquidação, e que são identificados: 1) Finame Banco Itaú S.A., contrato nº.201549075/01, com amortização em 54 parcelas, com carência de 2 trimestres, vencimento da última parcela em 15.09.2020, com parcelas corrigidas à taxa de 9,0% a.a., garantido por aval e alienação fiduciária; 2) Finame Banco Itaú S.A., contrato nº.201511924/01, com amortização em 54 meses, carência de 2 trimestres, vencimento da última parcela em 15.04.2020, parcelas corrigidas à taxa de 9,5% a.a., com garantia de aval e alienação; 3) Finame Banco Itaú S.A., contrato nº 201558507/02, modalidade "Finame Equipamentos PJP" com amortização em 54 meses, carência de 2 meses, vencimento da última parcela em 16.11.2020, parcelas corrigidas à taxa de 9,5% a.a., com garantia de aval e alienação; 4) Finame Banco Itaú S.A., contrato nº. 201558507/02, aditivo ao anterior, modalidade "Finame Máquinas e Equipamentos Sel", com amortização em 54 meses, carência de 2 meses, vencimento da última parcela em 16.11.2020, parcelas corrigidas à taxa de 4,88% a.a., com garantia de aval e alienação. **2.9. Empréstimos:** 1) Empréstimo CDC junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., contrato nº. 077848650-6, com amortização em 48 meses, vencimento da última parcela em 06.09.2021, parcelas corrigidas à taxa de 1,13% ao mês; 2) Empréstimo através de contrato de mútuo com amortização em 50 meses, carência de 1 ano , vencimento da última parcela em 10.01.2022, à taxa de 115% do CDI ao mês e aplicado sobre o saldo devedor; 3) Empréstimo através de contrato de mútuo com amortização em 50 meses, carência de 1 ano, vencimento da última parcela em 10.02.2022 à taxa de 115% do CDI ao mês e aplicado sobre o saldo devedor; 4) Empréstimo através de contrato de mútuo com amortização em 50 meses, carência de 1 ano, vencimento da última parcela em 10.04.2022, à taxa de 115% do CDI ao mês e aplicado sobre o saldo devedor. **2.10. Participações dos Colaboradores:** Face a acordos firmados com sindicatos profissionais, a empresa mantém programa de participação colaboradores, efetuando o pagamento dos valores que foram acordados, face às metas qualitativas e quantitativas alcançadas. **2.11. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia incluem: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil; **b) Empréstimos e financiamentos:** O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente suprir as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo: - Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores atualizados de acordo com as taxas contratadas. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas. Os fatores de riscos dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com: **a) Risco de crédito** Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto às instituições financeiras, gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelece um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito. **b) Riscos de moeda estrangeira:** A Companhia, exporta e importa em diversas moedas, gerencia e monitora a exposição cambial procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração. **c) Riscos de encargos da dívida:** Estes riscos são oriundos da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. **2.12. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia. É mensurada a valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de venda de mercadoria é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua realização. **2.13. Impostos e contribuições: a) Imposto de renda e contribuição social - corrente** O imposto de renda e a contribuição social corrente da Companhia são calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa limitada a 30% do lucro real. **b) Demais impostos:** Estão líquidos dos impostos sobre vendas as receitas, despesas e ativos, exceto quando os impostos sobre as compras de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3. Dos Eventos Sociais e Ambientais:** Objetivando o desenvolvimento e a formação de seus colaboradores e da gestão de Recursos Humanos foram realizados treinamentos para capacitação, atualização e aperfeiçoamento profissional. Aos seus colaboradores são concedidos, além de assistência médica e social, seguro de vida, alimentação e transportes para os seus deslocamentos. A empresa mantém convênios com empresas especializadas na coleta de resíduos originários do seu processo industrial e não aproveitados na sua atividade, aos quais são dados tratamentos técnicos adequados.

Demonstração do Resultado

	31/12/17	31/12/16
Receita líquida	**46.482**	**31.483**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(38.956)	(27.612)
Lucro bruto	**7.526**	**3.871**
Despesas com vendas	(1.588)	(1.564)
Despesas administrativas	(5.206)	(4.466)
Outros resultados operacionais	7	119
Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro	**739**	**(2.040)**
Receitas financeiras	103	233
Despesas financeiras	(1.884)	(1.101)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	**(1.042)**	**(2.908)**
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**(1.042)**	**(2.908)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	31/12/17	31/12/16
Atividades operacionais		
Prejuízo/Lucro antes dos impostos	(1.042)	(2.908)
Depreciações e amortizações	1.736	1.561
(Aumento)/redução no Ativo:		
Clientes a Receber	(808)	(2.705)
Estoques	(1.081)	(1.700)
Impostos a Recuperar	(314)	(338)
Outras Contas a Receber	(358)	(165)
Despesas de Exercícios Seguintes	(33)	22
Aumento/redução no Passivo: Fornecedores	4.266	1.691
Obrigações Fiscais	(97)	606
Adiantamento de Clientes	1.652	(97)
Encargos com Pessoal	245	35
Outras Contas a Pagar	25	(58)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	**4.191**	**(4.056)**
Atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(5.572)	(1.201)
Aquisição de intangível	(24)	(3)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	**(5.596)**	**(1.204)**
Atividades de financiamentos		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(4.553)	(688)
Aumento de Empréstimos e Financiamentos	6.595	5.807
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	**2.042**	**5.119**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	334	475
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**971**	**334**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Resultados Acumulados	Patrim. Líquido Total
Em 1º de janeiro de 2016	**21.510**	**(7.074)**	**14.436**
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.908)	(2.908)
Em 31 de dezembro de 2016	**21.510**	**(9.982)**	**11.528**
Prejuízo líquido do exercício	-	(1.042)	(1.042)
Em 31 de dezembro de 2017	**21.510**	**(11.024)**	**10.486**

Dino Bruzadin Filho - Diretor Superintendente
Angelo Aparecido Pereira de Oliveira
Diretor Administrativo Financeiro
Daniel Murilo Branco - CRC-SP215641/O-1

Projeto regulamenta profissão de cerimonialista

A Comissão de Trabalho da Câmara aprovou proposta que regulamenta as profissões de cerimonialista, técnico de cerimonial e auxiliar de cerimonial. Relator no colegiado, o deputado Walney Rocha (PEN-RJ) excluiu do texto original da deputada Laura Carneiro (DEM-RJ) requisitos para o exercício da atividade. De acordo com a proposta original, as funções serão exclusivas de profissionais que tenham diplomas de cursos de formação de nível superior, médio e fundamental, respectivamente.

O relator também elimina a necessidade de diferenciar os profissionais em cerimonialista, técnico e auxiliar de cerimonial, previsto na primeira versão apresentada. "A Constituição permite que a lei estabeleça requisitos de qualificação profissional para determinadas atividades. Entretanto, isso apenas se justifica em profissões cujo exercício acarrete sério risco à sociedade. É o que verificamos no veto ao projeto de regulamentação do exercício da profissão de decorador e de designer", justificou Walney Rocha.

Rocha manteve as atribuições previstas para o exercício profissional como o planejamento, pesquisa, administração, coordenação e execução de projetos de cerimonial; a elaboração de orçamentos e definições operacionais e funcionais; e de estudos de viabilidade técnica e financeira para implantação de projetos e programas de cerimonial; entre outras.

O relator também manteve a previsão de jornada de trabalho dos profissionais de até 40 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

Martins & Gagliotti Procedimentos Cirúrgicos S.A.

CNPJ/MF nº 26.173.513/0001-98 - NIRE 35300509412

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os srs. Acionistas para se reunirem em AGO que se realizará no dia 30/04/2018, na sede da companhia, na Alameda Santos, nº 1.800, 8º andar, conjunto 8409, Cerqueira César, São Paulo/SP, em primeira convocação às 20 hs, com a presença da totalidade dos acionistas, e, em segunda convocação às 20:30 hs, no mesmo dia e local, com a presença dos detentores de 75% das ações, a fim de deliberarem sobre a seguinte matérias: (i) Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31.12.2017, com aprovação do balanço patrimonial do exercício; (ii) Contas da Administração referente ao exercício social de 2017; (iii) Destinação do resultado financeiro, inclusive distribuição de dividendos; (iv) Remuneração anual dos administradores da Companhia. São Paulo, 18 de abril de 2018. **Giuliano Campolin Gagliotti - Diretor Presidente. (20, 21 e 24)**

Isenção de IPI a deficiente que comprar novo veículo em dois anos

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara aprovou, na quarta-feira (18), proposta que acaba com o intervalo mínimo de dois anos, previsto em lei para a isenção do IPI, para as compras de veículos por pessoas com deficiência quando for o caso de substituição de veículo roubado, furtado ou destruído.

A medida está prevista no projeto da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que altera a Lei de Isenção do IPI para Compra de Automóveis. A lei concede isenção de IPI para taxistas e pessoas com deficiência que comprem veículos. A relatora na comissão, deputada Soraya Santos (PR-RJ), recomendou a aprovação da matéria. Assim como Gabrilli, Santos considerou que a proposta corrige omissão da lei, que já incorpora a quebra de interstício nos casos de perda total do veículo de taxistas.

"A matéria, ademais, não representa renúncia adicional de receitas, tendo em vista que o incentivo já consta das previsões orçamentárias", disse ainda a relatora. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado ainda pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).